

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BÁRBARA MICHELS MONDARDO

**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS APLICADOS À PESSOA FÍSICA: UM ESTUDO
COM APLICAÇÕES DE RENDA FIXA.**

CRICIÚMA

2025

BÁRBARA MICHELS MONDARDO

**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS APLICADAS A PESSOA FÍSICA: UM ESTUDO
COM APLICAÇÕES DE RENDA FIXA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Me. Realdo de Oliveira da Silva

CRICIÚMA

2025

BÁRBARA MICHELS MONDARDO

**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS APLICADOS À PESSOA FÍSICA: UM ESTUDO
COM APLICAÇÕES DE RENDA FIXA.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em contabilidade financeira.

Criciúma, 01 de Julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Realdo de Oliveira da Silva – Mestre - Universidade do Extremo Sul
Catarinense - Orientador

Prof. Manoel Vilsonei Menegali -Mestre - Universidade do Extremo Sul Catarinense

Prof. Anderson Côrrea Benfatto – Mestre - Universidade do Extremo Sul Catarinense

Dedico este trabalho a todos que acreditam na importância de aplicar com sabedoria suas economias e escolhem a renda fixa como um caminho seguro para construir um futuro mais estável. Que este estudo sirva de apoio e inspiração para os que buscam investir com consciência e planejamento.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus por ter me guiado e conduzido durante esses quatro anos e meio; por ter transformado turbulência em calma, dúvidas em certezas, medos em coragem, estudos em resultados. Sem Ele, eu não estaria aqui hoje.

Agradeço imensamente aos meus pais, que lutaram para que isso se concretizasse; que renunciaram a tantas coisas pensando em meu futuro. Agradeço por todo o apoio e amor incondicional, por serem meus exemplos de vida, de trabalho, de honestidade, de fé e de bondade.

Também agradeço, em especial, ao meu namorado, Gustavo, e às minhas amigas Fernanda e Quelem, que transformaram os meus dias e deixaram tudo mais leve. Cada risada, cada conversa, cada apoio nos estudos, cada passeio após as provas foram fundamentais para a conclusão de um curso feliz.

Ao meu orientador, Realdo de Oliveira da Silva, agradeço a sabedoria, paciência e discernimento durante este período de orientação.

Aos meus colegas de trabalho, dedico meus agradecimentos também, por contribuírem na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

**“Investir em conhecimento rende os
melhores juros.”**

Benjamin Franklin

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS APLICADOS À PESSOA FÍSICA: UM ESTUDO COM APLICAÇÕES DE RENDA FIXA.

Bárbara Michels Mondardo ¹

Me. Realdo de Oliveira da Silva ²

RESUMO: O estudo tem como objetivo identificar quais investimentos em renda fixa oferecem maior rentabilidade para esse público. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, baseada em um estudo de caso com simulações práticas, considerando diferentes valores aplicados ao longo de um período de 24 meses. Os dados foram obtidos junto a instituições financeiras e plataformas oficiais de investimento. Os resultados revelam que, entre as opções analisadas: caderneta de poupança, certificado de depósito bancário (CDB/RDC), letra de crédito imobiliário (LCI), letra de crédito do agronegócio (LCA), tesouro direto e debêntures, as debêntures incentivadas apresentaram os maiores rendimentos líquidos, seguidas pelas LCAs. Esses investimentos se mostraram mais vantajosos em aplicações de valores mais altos, devido à isenção do Imposto de Renda e à atratividade das taxas. Em contrapartida, a poupança e os CDBs/RDCs prefixados demonstraram menor rentabilidade. Conclui-se que o retorno dos investimentos em renda fixa varia significativamente conforme o valor investido, o prazo e a tributação incidente. A pesquisa destaca a importância do alinhamento entre o perfil do investidor, sua necessidade de liquidez e seus objetivos financeiros para uma tomada de decisão mais eficaz.

PALAVRAS – CHAVE: Investimentos de renda fixa, tesouro direto, finanças pessoais, poupança, perfil de investidor, tributação, debênture.

AREA TEMÁTICA: Tema 01 – Contabilidade financeira.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, o interesse das pessoas em investir suas economias tem aumentado, impulsionado pelo desejo de ampliar o patrimônio e atingir objetivos de vida com maior agilidade. Embora a busca por bons rendimentos possa parecer desafiadora para muitos, dar o primeiro passo é fundamental. No entanto, essa decisão frequentemente é adiada, seja por falta de conhecimento, seja pela percepção equivocada de que é necessário dispor de grandes quantias para começar a investir. Nesse contexto, o mercado financeiro oferece uma ampla gama de oportunidades, tanto em renda fixa quanto em renda variável. Para iniciar, não é preciso ser um especialista, mas é essencial possuir noções básicas que permitam aplicar os recursos de forma consciente e alinhada ao próprio perfil financeiro (Schvartzman, 2023).

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

De acordo com Sousa e Galvão Júnior (2020), uma das principais vantagens de investir é a proteção do capital contra a desvalorização provocada pela inflação. Por essa razão, é essencial escolher produtos cuja rentabilidade supere os índices inflacionários, assegurando a preservação do poder de compra ao longo do tempo.

Nesse sentido, antes de selecionar um ativo financeiro, o investidor deve compreender seu próprio perfil, o que possibilita alinhar suas decisões de investimento aos seus objetivos pessoais e evitar escolhas incompatíveis com sua tolerância ao risco. Investidores com perfil mais conservador, por exemplo, tendem a optar por aplicações em renda fixa, devido à previsibilidade dos rendimentos no momento da aplicação e ao menor nível de risco em comparação com os investimentos em renda variável (Vieira *et al.*, 2022). Esses investidores tendem a dar prioridade à segurança em vez do lucro, ou seja, ter uma rentabilidade menor, preservando o capital investido (Oliveira *et al.*, 2024).

Para investir, é preciso ter informação sobre os benefícios de cada investimento; logo, é importante escolher opções que realmente proporcionem bons resultados financeiros, em vez de optar por qualquer produto. As pessoas trabalham para ganhar dinheiro; nada mais justo do que fazer o dinheiro trabalhar para seu próprio beneficiamento, investindo parte da renda e gerando um capital sustentável e crescente. Utilizando a disciplina para poupar, com o passar do tempo é possível acumular um capital que trabalhe em prol do seu investidor (Dessen, 2014).

As principais opções de investimentos em renda fixa no mercado financeiro incluem a caderneta de poupança, CDB/RDC, LCI, LCA, Tesouro Direto e debêntures (Schvartzman, 2023). Essas opções apresentam riscos menores em comparação com os investimentos em renda variável (Gelinger; Kaiser, 2022). Estes investimentos podem ser feitos através de diversas instituições financeiras que operam no Brasil. Estas instituições incluem bancos comerciais ou de varejo, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento e bancos mistos, cada qual com suas características e funções específicas no mercado financeiro (Balthazar; Morgado; Cabello, 2018).

Apesar do crescente interesse das pessoas por investimentos, muitas ainda optam pela caderneta de poupança, devido à falta de conhecimento (Mota; Nespolo; Fachinelli, 2019). A Comissão de Valores Mobiliários (2022) destaca que, embora a poupança seja uma forma simples e tradicional de investimento, com baixo risco, alta liquidez e cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), um erro comum ao investir é não definir um objetivo claro, pois todo investimento deve ter um propósito. Nesse sentido, atrelar um objetivo pode ser o ponto de partida para decidir no que aplicar as economias. Além disso, um ponto importantíssimo é avaliar as condições de prazo, liquidez e risco; com isso, é possível fazer um filtro dos investimentos disponíveis que mais se enquadram com cada objetivo ou situação financeira.

No entanto, para que isso aconteça de fato, é essencial que o investidor iniciante estude o mercado financeiro antes de aplicar seus recursos em qualquer investimento, pois é necessário ter um conhecimento prévio para evitar possíveis prejuízos (Jardim; Soares, 2020).

Sendo assim, diante da ampla gama de investimentos disponíveis no mercado financeiro, o presente trabalho propõe-se a responder à seguinte questão norteadora: Quais são as opções de investimentos em renda fixa disponíveis no mercado financeiro que oferecem as melhores rentabilidades para pessoas físicas?

Para tanto, estabelece-se como objetivo geral analisar os tipos de investimento em renda fixa que apresentam maior rentabilidade para investidores

pessoas físicas. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) descrever os principais tipos de investimentos em renda fixa; (ii) apresentar as vantagens e desvantagens de cada modalidade de investimento; (iii) comparar o rendimento de cada investimento ao longo de um mesmo período.

Este estudo contribui no âmbito teórico e prático ao esclarecer o funcionamento dos investimentos de renda fixa, proporcionando maior segurança para os investidores iniciantes tomarem decisões mais conscientes, ao descrever os pontos positivos e negativos de cada investimento, permitindo que o leitor reflita e se organize melhor para o futuro de suas economias. Empiricamente, oferece uma análise das opções disponíveis no mercado financeiro brasileiro, baseada em pesquisas confiáveis. Do ponto de vista social, promove a educação financeira, incentivando uma cultura de poupança e investimento, contribuindo para a segurança financeira pessoal e a melhoria da qualidade de vida.

Pretende-se, com este trabalho, apresentar de forma simples e prática os investimentos mais populares no mercado de renda fixa, para investidores que querem aplicar suas economias sem correr muitos riscos e ainda ter rentabilidade de curto a longo prazo, fazendo com que o leitor, e posteriormente um futuro investidor, consiga entender em qual modalidade de investimento é possível aplicar suas economias conforme sua realidade de vida.

O trabalho está estruturado na seguinte ordem: a introdução com o tema, o problema, a questão acerca da pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a justificativa e a apresentação da estrutura do trabalho. Na sequência, será apresentada, através de subseções, a fundamentação teórica das opções de investimentos, através de pesquisas bibliográficas, conceituando investimentos de renda fixa, suas modalidades mais conhecidas no mercado financeiro e suas respectivas peculiaridades. Posteriormente, detalham-se os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo de caso. Em seguida, procede-se à análise dos resultados obtidos por meio das simulações comparativas, seguida da síntese dos principais achados e da discussão à luz da literatura revisada. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo discorre sobre as opções de investimento em renda fixa, abordando as modalidades mais conhecidas no mercado financeiro, bem como suas principais características e particularidades.

2.1 INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA

Os investimentos em renda fixa oferecem maior segurança ao investidor, garantindo previsibilidade sobre o capital investido. Segundo Berger (2020), esses ativos têm como principal característica permitir que o investidor conheça, desde o momento da aplicação, o montante que será resgatado ao término do período. Isso se deve ao fato de que a taxa de juros é previamente definida e aplicada sobre o capital investido.

Além da segurança, os investimentos em renda fixa atraem um amplo público devido à diversidade de títulos disponíveis. As opções variam desde alternativas mais acessíveis e populares, como a caderneta de poupança, até instrumentos mais sofisticados, como fundos de investimento. Diante dessa variedade, é fundamental

analisar a relação entre risco e retorno de cada modalidade, garantindo a escolha da estratégia mais adequada para a aplicação dos recursos, seja no curto, médio ou longo prazo, de acordo com o perfil do investidor (Mota; Nespolo; Fachinelli, 2019).

Embora sejam investimentos de renda fixa, eles podem ser prefixados ou pós-fixados (Assaf Neto, 2020). Em termos gerais, o potencial de retorno dessas aplicações tende a ser inferior ao das opções de investimento variáveis; entretanto, os riscos de perdas também são menores (Verhine; Lodi, 2023).

Em resumo, a renda fixa consiste em um investimento em títulos emitidos por instituições financeiras ou pelo governo, onde o investidor pode conhecer a rentabilidade já no ato da aplicação. Essa rentabilidade é calculada como o montante investido, acrescido dos juros correspondentes ao período em que o capital permanecer aplicado (Mota; Nespolo; Fachinelli, 2019).

Antes de escolher um investimento, é fundamental entender que ele sempre terá um propósito específico, sendo avaliado por três variáveis importantes: rentabilidade, risco e liquidez. Investimentos com maior liquidez tendem a ser menos voláteis e oferecem menores rentabilidades, enquanto aqueles que podem proporcionar maiores retornos geralmente apresentam maior risco. O importante é saber diferenciar os tipos de investimentos e suas características, garantindo que eles estejam alinhados com seus objetivos financeiros (Schvartzman, 2023).

2.2 RENTABILIDADE E RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO

A rentabilidade de um investimento representa a relação entre o retorno obtido e o capital investido, sendo um fator determinante na avaliação do desempenho financeiro de qualquer aplicação. Em termos práticos, a rentabilidade reflete a eficiência do investimento em gerar ganhos ao longo do tempo, considerando o risco e a liquidez envolvidos. Geralmente, aplicações que apresentam maior risco e menor liquidez tendem a oferecer retornos mais elevados, compensando a incerteza associada (Schvartzman, 2023).

Os investimentos podem ser estruturados de duas formas principais: prefixados e pós-fixados, impactando diretamente o retorno sobre o investimento (ROI).

No caso dos investimentos prefixados, a taxa de retorno é determinada no momento da aplicação, permitindo que o investidor conheça antecipadamente o montante exato que receberá ao final do período. Esse modelo de investimento é especialmente útil em cenários de queda na taxa de juros, pois protege o investidor contra oscilações do mercado (Assaf Neto, 2020).

Nos investimentos pós-fixados, parte da rentabilidade é determinada previamente (como uma taxa fixa adicional), enquanto o restante está vinculado a um indexador econômico, como o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Isso significa que o retorno efetivo só será conhecido no momento do vencimento do investimento. Um exemplo comum é uma aplicação atrelada a 95% do CDI ou a IPCA + 4%, onde o retorno será impactado pela variação desses índices ao longo do período (Gallagher, 2020).

A escolha entre investimentos prefixados e pós-fixados deve estar alinhada com o perfil do investidor e sua estratégia de rentabilidade. Investidores mais conservadores, que buscam previsibilidade e proteção contra a inflação, podem optar por títulos pós-fixados indexados ao IPCA, garantindo um ganho real acima da inflação. Já aqueles que acreditam em uma queda da taxa de juros podem preferir

investimentos prefixados para garantir uma taxa mais atrativa antes da redução do mercado.

Além do tipo de indexação, a análise da rentabilidade deve considerar o retorno líquido após impostos e taxas, bem como a relação risco-retorno. Dessa forma, a maximização do retorno sobre o investimento passa não apenas pela escolha do ativo, mas também pela adequação da aplicação ao contexto econômico e ao perfil do investidor.

O quadro 01 demonstra a relação do perfil do investidor com os tipos de investimentos.

Quadro 01: Relação Perfil x Exposição a Risco x Tipo de Investimento.

Perfil do Investidor	Exposição ao Risco	Tipo de Investimento
Conservador	Baixa	Poupança; CDB/RDC; LCI; Tesouro Selic; Fundos de Investimento em renda fixa; Imóveis.
Moderado	Média	Fundos de Investimento multimercado; Fundos de Investimento Imobiliários.
Agressivo	Alta	Fundos de Investimento multimercado e ações; Criptomoeda; Derivativos.

Fonte: Adaptado de (Sarti; Oliveira; Bessa, 2020, p. 184).

A partir de uma análise do quadro, é possível identificar três perfis de investidor: conservador, moderado e agressivo, cada um com características e comportamentos distintos em relação ao risco.

O perfil conservador prioriza a segurança do capital investido, sendo adequado para quem tem compromissos financeiros pré-definidos e pouco apetite por risco. O perfil moderado demonstra desconforto com perdas, mas tem maior flexibilidade em prazos e busca oportunidades de maior retorno, ainda que com cautela. Já o perfil agressivo aceita o risco como parte essencial do investimento, tolerando perdas em busca de ganhos mais elevados, utilizando estratégias avançadas e, muitas vezes, alavancagem (Santos; Wilhelm, 2002).

Sendo assim, é possível concluir que as opções de investimentos analisadas no presente trabalho são voltadas para o público com perfil conservador, conforme mencionado na introdução.

2.3 RISCO

O risco indica a variação no valor de um ativo ao longo do tempo. Quanto maior a volatilidade, maior o risco de ganhar ou perder dinheiro (Schvartzman, 2023).

De acordo com Assaf Neto (2021), alguns riscos financeiros encontrados nos investimentos de renda fixa são o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez. O quadro 02 apresenta estes riscos.

Quadro 02 – Riscos.

Risco de crédito	É a possibilidade de uma instituição financeira não receber os valores (principal, rendimentos e juros) de seus ativos, como empréstimos e títulos de renda fixa. Esse risco ocorre quando um devedor falha em cumprir suas obrigações financeiras, impactando a política de concessão de crédito e a eficiência administrativa da instituição.
Risco de mercado	Está ligado ao valor que o mercado atribui a ativos e passivos, refletindo as oscilações diárias de preços. Esse risco representa o potencial de ganhos ou perdas em investimentos devido a variações nos preços e se manifesta quando uma instituição financeira enfrenta perdas por mudanças desfavoráveis em indicadores como inflação, taxas de juros, câmbio e preços de commodities.
Risco de liquidez	Diz respeito à capacidade de uma instituição financeira de disponibilizar caixa rapidamente para atender às demandas de depositantes e tomadores. Esse risco aumenta quando os recursos são escassos e não geram retornos, tornando o banco vulnerável a retiradas inesperadas. Além disso, ele se manifesta na dificuldade de negociar ativos a preços de mercado, especialmente quando a venda em grande volume afeta os preços.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2021).

Como nem sempre é possível eliminar completamente esses riscos, é fundamental que a instituição financeira desenvolva uma gestão eficaz de riscos, analisando o potencial de perda (como mudanças nos preços ou nas taxas de mercado) e avaliando a probabilidade de sua ocorrência (Assaf Neto, 2021).

2.4 LIQUIDEZ

A liquidez refere-se à capacidade com que um ativo pode ser transformado em dinheiro. Ela pode ser compreendida como a disposição dos investidores em negociar esse ativo por um preço justo. Assim, um ativo que pode ser vendido rapidamente é classificado como de alta liquidez. Além disso, alguns investimentos podem ter um período de carência, o que significa que há um prazo específico durante o qual a venda do ativo não é permitida; por exemplo, a liquidez de um imóvel tende a ser baixa, pois sua venda por um preço justo pode levar meses ou até anos. Já a poupança apresenta alta liquidez, permitindo o resgate imediato do valor para a conta corrente. No caso das ações, embora possam ser vendidas rapidamente, o fato de o preço de mercado não ser sempre o ideal pode comprometer sua liquidez (Schvartzman, 2023).

Complementando, Assaf Neto (2020) destaca que títulos sem prazo de vencimento fixado oferecem flexibilidade ao investidor, pois podem ser resgatados em qualquer momento, conforme o desejo do investidor. Por outro lado, investimentos com prazos determinados possuem liquidez que pode variar de curto a longo prazo, dependendo do período estabelecido para o resgate. O quadro 03 apresenta de forma sucinta como ocorre.

Quadro 03 - Liquidez determinada.

Curto prazo	Vencimentos em até seis meses;
Médio prazo	De seis meses a dois anos;
Longo prazo	Superiores a dois anos.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2020).

Logo, pode-se concluir que, ao entender esses três fatores, o investidor consegue obter uma base sólida para tomar decisões informadas e gerir seus investimentos de maneira eficaz (Oliveira *et al.*, 2024).

2.5 TIPOS DE INVESTIMENTOS

Os investimentos de renda fixa caracterizam-se por serem aplicados em títulos públicos ou privados que apresentam, desde o início, a rentabilidade contratada ou uma estimativa previsível, o que os torna, em geral, alternativas mais seguras para o investidor (Sousa; Galvão Júnior, 2020). De acordo com Trindade e Malaquias (2020), os fundos de renda fixa direcionam majoritariamente seu patrimônio para esses títulos, variando conforme a modalidade adotada. Assim, esta seção abordará os principais tipos de investimentos em renda fixa, suas modalidades e características no contexto do mercado financeiro.

2.5.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é considerada a modalidade de investimento em renda fixa mais antiga do mercado financeiro (Azevedo; Azevedo, 2018). Reconhecida como a opção mais tradicional entre os investidores, destaca-se pela facilidade de aplicação, permitindo depósitos de qualquer valor sem exigências iniciais. Além disso, oferece liquidez diária, possibilitando o resgate dos recursos a qualquer momento. Sua remuneração ocorre com base na data de aniversário da aplicação, isto é, no mesmo dia do mês em que o depósito foi realizado. Caso o investidor realize o saque antes dessa data, a rentabilidade referente ao período não é creditada (Assaf Neto, 2021, 2025).

Caracterizada por apresentar baixo risco vinculado à eventual inadimplência da instituição financeira responsável pela captação, a poupança também oferece baixa rentabilidade, em conformidade com a lógica de que, quanto menor o risco, menores tendem a ser os retornos. Por outro lado, a elevada liquidez torna esse investimento acessível e seguro para o pequeno investidor. Ademais, os depósitos são garantidos pelo FGC até um limite preestabelecido, independentemente da instituição financeira em que os recursos estejam aplicados (Comissão de Valores Mobiliários, 2022).

2.5.2 Certificado de depósito bancário (CDB/RDC)

Trata-se de títulos de renda fixa emitidos por bancos comerciais e outras instituições financeiras com o propósito de captar recursos. Eles representam depósitos a prazo, acompanhados da promessa de devolver o valor investido no futuro, acrescido da remuneração definida no momento da operação. Na prática, o investidor empresta dinheiro à instituição financeira, esperando receber, após

determinado período, o valor aplicado originalmente, somado ao rendimento acordado no momento do investimento (Comissão de Valores Mobiliários, 2022).

Para Assaf Neto (2021, 2025), os CDBs/RDCs podem ser considerados representações de depósitos realizados por pessoas físicas a pessoas jurídicas, como se fosse uma forma de emprestar dinheiro ao banco, tendo como retorno juros sobre o capital investido. Os CDB/RDC podem ser vistos como uma forma de depósito feito por pessoas físicas em instituições financeiras, funcionando como um empréstimo ao banco, que oferece como retorno os juros sobre o capital investido. Esses recursos captados são, em grande parte, utilizados pelas instituições financeiras para operações de crédito, como empréstimos de capital de giro aos seus clientes.

Em termos de liquidez, pode-se dizer que é flexível, pois os prazos de resgate podem ser de apenas um dia ou por um período maior, de acordo com a negociação na hora da emissão. Vale ressaltar, nesse sentido, que quanto menor a liquidez nesta modalidade, maior será o rendimento sobre o montante aplicado. Já no que se refere à parte de riscos, pode-se considerar relevante o risco de crédito da própria instituição emissora, entretanto, possuem cobertura do FGC (Comissão de Valores Mobiliários, 2022).

2.5.3 Letra de Crédito Imobiliário (LCI)

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (2022), são títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, que garantem aos investidores o retorno do capital aplicado, acrescido de juros e, se necessário, correção monetária. Esse tipo de investimento está diretamente ligado ao financiamento imobiliário, pois deve ser garantido por créditos imobiliários, através de alienação fiduciária de imóveis ou hipoteca. Assim, as instituições financeiras utilizam as LCIs para captar recursos com esses lastros, garantindo o financiamento de suas atividades no setor imobiliário. O risco do investimento está associado ao crédito da instituição emissora, de maneira semelhante ao CDB/RDC, e as LCIs são protegidas pelo FGC.

As LCIs podem ser emitidas por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, Caixa Econômica Federal, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias e demais espécies de instituições que sejam expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil para realizar essas operações (Brasil, 2024).

2.5.4 Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (2022), a LCA são títulos emitidos por instituições financeiras com o objetivo de captar recursos que serão emprestados para financiar atividades do setor agropecuário. Quando um investidor aplica nesses títulos, o banco direciona o valor captado para clientes que atuam nesse setor. Em troca, o investidor recebe, em uma data previamente estabelecida, o valor aplicado acrescido dos juros correspondentes. Além disso, possui características semelhantes às LCIs em termos de retorno, liquidez, período de carência e cobertura pelo FGC.

2.5.5 Tesouro Direto

É um programa do Tesouro Nacional, em conjunto com a B3, que possibilita a negociação de títulos públicos pela internet, destinados a pessoas físicas. Esse programa oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade, como prefixada, indexada à inflação ou à taxa Selic, além de prazos variados de remuneração e vencimento. É uma opção atrativa para investidores que buscam aplicar valores com segurança e baixo capital pois permitem investimentos com o valor mínimo de R\$ 30,00 (Tesouro Direto, [202-]).

Schvartzman (2023) indica que as opções de títulos disponíveis no programa do Tesouro Direto são: Tesouro Pré, Tesouro Selic, Tesouro IPCA e Tesouro IPCA+.

Para pequenos investidores, os títulos deste programa são considerados uma boa opção de investimento, pois estão entre os ativos de menor risco em uma economia (Costa *et al.*, 2020).

Quanto à liquidez, o resgate é creditado no mesmo dia (D+0) se solicitado até as 13h em dias úteis e com preços disponíveis. Após esse horário ou em caso de reprecificação, o crédito ocorre em D+1. Nos fins de semana e feriados, o resgate também é processado em D+1 (Tesouro Direto, 2021).

2.5.6 Debênture

Segundo Carrete (2019), as debêntures são títulos de dívida de curto ou longo prazo emitidos por sociedades anônimas, sejam elas de capital aberto ou fechado. Esses títulos conferem aos seus detentores direitos creditórios sobre a empresa emissora e são utilizados como instrumentos de captação de recursos no mercado de capitais. Os valores obtidos por meio das debêntures podem ser destinados ao financiamento de projetos, à reestruturação de dívidas, à expansão de instalações ou ao fortalecimento do capital de giro.

Nessa modalidade de investimento, o investidor aporta recursos à empresa e, em contrapartida, recebe uma remuneração conforme as condições previamente acordadas no ato da emissão. Para tomar decisões adequadas, é fundamental que o investidor compreenda as particularidades desses títulos, especialmente no que diz respeito à rentabilidade, aos riscos envolvidos e à liquidez. Além disso, as debêntures estão sujeitas a normas específicas relacionadas à sua emissão, distribuição, negociação, amortização e resgate. Cabe destacar que seus titulares possuem, ainda, o direito de participar das assembleias de debenturistas, conforme regulamentado pela (Comissão de Valores Mobiliários, 2022).

As debêntures podem ser negociadas tanto na Bolsa de Valores quanto no Mercado de Balcão (fora do ambiente da Bolsa), com a intermediação de uma instituição do mercado de capitais. O valor nominal das debêntures é geralmente apresentado na moeda nacional. Os investidores têm, na maioria das vezes, a representação de um Agente Fiduciário, cuja função principal é proteger seus interesses em relação à empresa emissora e à Comissão de Valores Mobiliários (Assaf Neto, 2021).

2.6 INDEXADORES E REMUNERAÇÃO

Os indicadores econômicos são fundamentais para o funcionamento do mercado financeiro brasileiro, servindo como base para decisões econômicas e

investimentos. A taxa Selic, originada do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, é a taxa básica de juros que influencia diretamente outras taxas, como as de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Ela é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação e corresponde à média dos juros praticados nas operações compromissadas com títulos públicos federais com vencimento de um dia útil. Para garantir que essa taxa esteja alinhada à meta definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central atua no mercado de títulos públicos por meio de operações compromissadas. Na prática, quando a Selic sobe, as instituições financeiras ajustam seus custos de captação e, com a queda da Selic, o custo de captação diminui, o que pode resultar em juros mais baixos nos empréstimos (Banco Central do Brasil, [202-]).

Segundo Santos (2019), o Depósito Interbancário (DI) é um tipo de investimento de renda fixa utilizado para que os bancos financiem entre si. Ele se assemelha ao CDB/RDC, com a diferença de que, no caso do DI, o emissor é um banco e o investidor é outra instituição financeira.

O Banco Central possui uma norma proibindo os bancos de encerrarem o dia com saldo negativo em caixa. O objetivo dela é prevenir que o sistema financeiro enfrente riscos de quebrar se algum banco apresentar um saldo negativo devido a operações de empréstimos em que foram disponibilizados mais recursos do que a instituição realmente possui. Para evitar saldos negativos, os bancos realizam empréstimos entre si por meio de negociações interbancárias, utilizando o CDI. Assim, os juros cobrados entre essas instituições financeiras relacionados ao CDI geram a taxa DI. Essas operações geralmente têm duração de um dia, mas exercem um grande impacto na economia. Além disso, a taxa de depósitos Interfinanceiros (DI) também é utilizada como referência em outras transações, como operações com títulos públicos e outros investimentos em renda fixa (Vieira *et al.*, 2022).

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é considerada o custo básico para financiamentos efetuados através do BNDES e foi instituída através da Medida Provisória nº 684, em 31 de outubro de 1994. Ela é definida pelo Conselho Monetário Nacional, conforme os critérios estabelecidos pela Lei nº 10.183, de 2001. A TJLP tem vigência trimestral, sendo sua taxa divulgada até o último dia útil do trimestre anterior ao período de vigência. No entanto, a partir do dia 1º de janeiro de 2018, a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a substituir a TJLP em novos contratos. A TLP é calculada com base no IPCA somado à taxa de juro real da NTN-B com vencimento em cinco anos (Carrete, 2019).

A taxa referencial (TR) é um indicador importante quando se trata da remuneração acerca dos valores investidos nas cadernetas de poupança. Conforme Assaf Neto (2021), a TR é formada a partir das taxas CDB/RDB, que são definidas conforme as mudanças da taxa CDI. Portanto, cabe ressaltar que a taxa CDI é imprescindível quando se trata do mercado financeiro, pois atua fortemente na formação dos preços de diversos produtos financeiros. A apuração da TR ocorre de forma mensal e é anunciada pelo próprio governo. Seu cálculo é estabelecido a partir de regras próprias, com base nas taxas prefixadas CDB/RDC. No cálculo, deduz-se da taxa média de captação dos bancos um redutor que considera a tributação incidente sobre esses títulos e a taxa real de juros da economia. Fazendo com que a TR represente uma estimativa da inflação futura esperada pelos agentes econômicos, enquanto o redutor reflete a taxa real de juros projetada pelo governo para os trinta dias seguintes. Conclui-se que a divulgação da TR é crucial para o mercado financeiro,

pois auxilia os agentes a ajustarem suas expectativas em relação a variáveis econômicas importantes, como a inflação e os juros reais.

O IPCA é elaborado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) e tem como objetivo mensurar a inflação de um conjunto de produtos e serviços vendidos no varejo, refletindo o consumo pessoal das famílias com rendimentos que variam de 1 a 40 salários-mínimos, independentemente da fonte de renda. Quando a variação salarial anual é inferior ao IPCA, ocorre perda do poder de compra, já que os preços sobem mais do que a renda. Caso a variação do salário acompanhe a inflação, o poder de compra permanece estável. No entanto, se o aumento salarial for superior ao IPCA, há ganho real no poder de compra. Assim, ele atua como referência para as metas de inflação e para as mudanças na taxa de juros (IBGE, 2025).

Ao se falar em renda fixa, uma das principais referências é o CDI, que corresponde à taxa de juros diária aplicada nas operações de empréstimos entre os bancos (Mota; Nespolo; Fachinelli, 2019).

Segundo Assaf Neto (2021), os CDI são emitidos por instituições financeiras com o objetivo principal de permitir a transferência de recursos entre os participantes do mercado interfinanceiro. As operações com CDI geralmente têm duração de um dia, embora possam ocorrer com prazos maiores. Quando negociados com vencimento diário, esses títulos são chamados de Depósitos Interfinanceiros (DI), que atuam como uma taxa de referência diária no mercado, conhecida como DI over.

Além disso, pode ainda ser entendido como a taxa de juros básica do mercado financeiro, impactando a definição das outras taxas de juros. Ela é, essencialmente, determinada pelas taxas de juros reais no mercado de títulos públicos e pelas taxas de inflação da economia (Assaf Neto, 2021).

A seguir, é possível visualizar um quadro comparativo que apresenta um resumo comparativo dos investimentos.

Quadro 04 – Resumo dos investimentos de renda fixa.

(Continua)

Nome do investimento	Incidência de Imposto de renda	Rentabilidade
Caderneta de poupança	Isenção de imposto de renda (Azevedo; Azevedo, 2018).	Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%, ou 70% da meta da taxa Selic ao ano, ao mês (Banco Central do Brasil, [202-]).
Certificado de depósito bancário (CDB/RDC)	Conforme a tabela regressiva de alíquotas, que vai diminuindo conforme o período da aplicação, mais o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) (Santos, 2019).	Prefixado: taxa de rendimento fixa e conhecimento do retorno desde o momento da aplicação. Pós-fixado: vinculação a um índice de preços de mercado, como o IGP-M ou o CDI, + taxa real de juros acordada na hora da aplicação (Assaf Neto, 2021).
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	Isenção de Imposto de Renda e de outras taxas (Niyama; Monteiro, 2021).	Prefixado, atrelado a uma taxa fixa no momento da contratação, ou pós-fixados, atrelados a uma variação de taxa, ambos geralmente vinculados à taxa DI (Anbima, [202-])

Quadro 04 – Resumo dos investimentos de renda fixa.

(Conclusão)

Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	Isonção de Imposto de Renda e de outras taxas (Niyama; Monteiro, 2021).	Pós-fixada, de acordo com o percentual do CDI, prefixada ou atrelada à inflação (Assaf Neto, 2021).
Tesouro Direto	Taxa de administração anual de 0,30% sobre o rendimento bruto (Campos; Rodrigues; Venditti, 2019). Imposto de Renda conforme a tabela regressiva (Schvartzman, 2023). O IOF incide sobre resgates realizados em menos de 30 dias e o imposto de renda (IR) conforme a tabela regressiva (Dessen, 2014).	Varia conforme o título, podendo ser prefixada, pós-fixada, atrelada à taxa Selic, definida por uma taxa fixa ou combinada, com uma parte prefixada e outra pós-fixada, atrelada ao IPCA (Schvartzman, 2023).
Debênture	Dedução do Imposto de Renda conforme a tributação da tabela regressiva (Brasil, 2024). Ou isenta de Imposto de Renda em caso de debênture incentivada (Brasil, 2024).	A taxa de juros pode ser prefixada ou flutuante, sendo que, no caso da flutuante, os juros são ajustados periodicamente conforme intervalos previamente acordados (Assaf Neto, 2021).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

2.7 TRIBUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA

De acordo com Balthazar, Morgado e Cabello (2018), os investimentos em renda fixa estão sujeitos a dois tributos principais: o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O IOF, assim como o IRRF, possui uma alíquota regressiva, sendo aplicado apenas em resgates realizados em um período inferior a 30 dias após a aplicação. Portanto, o quadro 04 demonstra as alíquotas do imposto de renda com o passar do tempo.

Quadro 05 - Tributação Imposto de renda.

Prazo	Alíquota de imposto de renda
Até 180 dias (6 meses).	22,50%
De 181 até 360 dias (6 a 12 meses).	20,00%
De 361 até 720 dias (12 a 24 meses).	17,50%
Acima de 720 dias (Após 24 meses).	15,00%

Fonte: Adaptado de Santos (2019) e Assaf Neto (2025).

Dando ênfase ao IOF, Gallagher (2020) explica que a cobrança desse imposto começa com 96% do rendimento no primeiro dia e vai regredindo 3% ao dia, zerando no trigésimo dia. Além disso, ressalta que o cálculo do Imposto de Renda sobre o investimento inicia somente após esses 30 dias. O quadro 05 demonstra como ocorre a cobrança do IOF.

Quadro 06 - Tabela regressiva IOF.

Dias	% IOF	Dias	% IOF	Dias	% IOF
01	96%	11	63%	21	30%
02	93%	12	60%	22	26%
03	90%	13	56%	23	23%
04	86%	14	53%	24	20%
05	83%	15	50%	25	16%
06	80%	16	46%	26	13%
07	76%	17	43%	27	10%
08	73%	18	40%	28	06%
09	70%	19	36%	29	03%
10	66%	20	33%	30	0%

Fonte: Adaptado Anbima ([202-]).

Além desses tributos, outro fator relevante nos investimentos em renda fixa é a cobrança de taxas. No caso da caderneta de poupança, Azevedo e Azevedo (2018) destacam que, desde sua criação, ela é isenta do imposto de renda.

Por outro lado, o CDB/RDC, conforme Santos (2019), pode ser indexado por taxas prefixadas, DI ou IPCA, e está sujeito à tributação de imposto de renda sobre os rendimentos, seguindo a tabela regressiva com alíquotas decrescentes conforme o prazo da aplicação. Também há incidência de IOF em resgates realizados antes de 30 dias (Schvartzman, 2023; Vieira *et al.*, 2022).

As LCI e a LCA, segundo Niyama e Monteiro (2021), contam com o benefício da isenção do imposto de renda e de outras taxas; no entanto, cabe destacar que este benefício contempla apenas pessoas físicas.

No Tesouro Direto, há a cobrança de uma taxa de administração anual de 0,30% sobre o rendimento bruto (Campos, Rodrigues e Venditti, 2019), além da incidência do imposto de renda conforme a tabela regressiva: 22,5% para aplicações de até 180 dias; 20% entre 181 e 360 dias; 17,5% entre 361 e 720 dias e 15% para prazos superiores a 720 dias (Schvartzman, 2023). O IOF também é aplicado apenas em resgates realizados antes de 30 dias (Anbima, [202-]).

No caso das debêntures, a tributação segue o disposto na Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, que estabelece a incidência de imposto de renda sobre os rendimentos, conforme alíquotas específicas.

As debêntures incentivadas, regulamentadas pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que possuem como objetivo financiar projetos de infraestrutura, como os das áreas de logística, energia, saneamento, entre outros, não possuem IR para pessoas físicas e para investidores não residentes, desde que estes últimos atendam a regras específicas estabelecidas pela (Comissão de Valores Mobiliários, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo visam direcionar a pesquisa e, assim, responder à questão proposta pelo autor. A abordagem utilizada é de natureza qualitativa, caracterizada pela busca de uma compreensão ampla e diversificada da realidade. Apesar de englobar várias tradições, a pesquisa qualitativa foca na interpretação das múltiplas formas como o mundo pode ser percebido. O pesquisador, portanto, busca estabelecer uma proximidade significativa com o objeto de estudo, enriquecendo a pesquisa com uma profunda carga de significados e valores, conforme Gil (2019).

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva. Pereira (2016) explica que a pesquisa descritiva tem como objetivo examinar um fenômeno para descrevê-lo de maneira completa ou diferenciá-lo de outros, sendo que uma parte significativa das investigações nas ciências sociais caracteriza-se como descritiva.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é conduzida por meio de um estudo de caso. De acordo com Gil (2022), é uma abordagem de pesquisa muito utilizada nas ciências sociais, que envolve uma análise profunda e detalhada de um ou poucos casos, possibilitando um conhecimento extenso e detalhado, algo que dificilmente seria alcançado por meio de outros métodos de pesquisa já estabelecidos. Sendo assim, no estudo de caso do presente trabalho trata-se de simulações de valores e prazos fictícios, com o objetivo de verificar qual seria a melhor opção de investimento com base no rendimento acumulado ao longo do tempo.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a condução do estudo de caso, foram definidos três diferentes montantes de aplicação, com o objetivo de avaliar o comportamento da rentabilidade em distintos patamares de investimento. O primeiro valor, de R\$ 10.000,00, foi selecionado por se tratar de um montante acessível e aplicável a todas as modalidades analisadas. O segundo, de R\$ 50.000,00, corresponde ao valor mínimo exigido para a aplicação em LCA na instituição financeira utilizada como base empírica. Esse mesmo montante também contempla o requisito mínimo para aplicação em LCI, cujo valor inicial é de R\$ 20.000,00. Por fim, foi considerado o montante de R\$ 100.000,00, o qual permite a aplicação em todas as modalidades avaliadas, garantindo uma comparação equitativa entre os investimentos.

Todas as simulações consideraram um horizonte temporal de 24 meses, tendo como referência a taxa Selic vigente no mês de abril de 2025, fixada em 14,15% ao ano.

Os cálculos de rentabilidade para as aplicações em LCA, LCI, CDB/RDC prefixado e CDB/RDC pós-fixado foram realizados com base nas condições oferecidas por uma cooperativa de crédito localizada no sul do estado de Santa Catarina. A simulação referente à caderneta de poupança foi efetuada manualmente, por meio da calculadora financeira HP12C, seguindo os critérios de rendimento regulamentados pelo Banco Central.

A simulação do Tesouro Direto foi realizada diretamente na plataforma oficial do programa, utilizando como referência o título Tesouro Selic 2028. Em relação às

debêntures, utilizou-se como base a CRA Minerva incentivada, com vencimento em novembro de 2034, simulada na mesma cooperativa de crédito por meio do mesmo sistema da LCA, dado que ambas as modalidades compartilham o benefício da isenção de Imposto de Renda.

Com base na metodologia adotada, pretende-se: (i) calcular a rentabilidade bruta e líquida esperada para cada montante ao longo do período analisado; (ii) avaliar o impacto da tributação sobre o retorno dos investimentos, inclusive naquelas modalidades que apresentam isenção de impostos, e, (iii) comparar os resultados obtidos para cada faixa de aplicação, evidenciando as diferenças de rentabilidade líquida entre as alternativas disponíveis no mercado de renda fixa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise comparativa da rentabilidade de diferentes modalidades de investimentos em renda fixa voltados para pessoas físicas, conforme discutido ao longo deste trabalho.

4.1 RESULTADOS DAS SIMULAÇÕES DE INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os resultados obtidos por meio das simulações realizadas, conforme demonstrado na tabela correspondente. As análises consideram as variáveis prazo de aplicação, valor investido, percentual de rendimento e taxa efetiva anual. Os cálculos contemplam o rendimento bruto, a incidência do Imposto de Renda de acordo com a tabela regressiva vigente, o valor líquido dos juros e, por fim, o montante final disponível ao investidor após os descontos tributários.

Quadro 07 - Quadro de resultado dos investimentos.

Investimento	Prazo	Valor aplicado	Percentual de rendimento	Taxa efetiva ao ano	Rendimento bruto	IRRF	Juros	Montante
CDB/RDC Pós-fixado	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00	75% CDI a.m.	10,61%	R\$ 12.211,27	R\$ 386,97	R\$ 1.824,30	R\$ 11.824,30
		R\$ 50.000,00	90% CDI a.m.	12,74%	R\$ 63.267,64	R\$ 2.321,84	R\$ 10.945,80	R\$ 60.945,80
		R\$ 100.000,00	92% CDI a.m.	13,02%	R\$ 127.124,94	R\$ 4.746,86	R\$ 22.378,08	R\$ 122.378,08
CDB/RDC Prefixado	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00	11,85% a. a.	11,85%	R\$ 11.403,67	R\$ 212,05	R\$ 1.201,62	R\$ 11.201,62
		R\$ 50.000,00	11,91% a. a.	11,91%	R\$ 57.068,37	R\$ 1.060,26	R\$ 6.008,11	R\$ 56.008,11
		R\$ 100.000,00	11,97% a. a.	11,97%	R\$ 114.136,74	R\$ 2.120,51	R\$ 12.016,23	R\$ 112.016,23
LCA	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00						
		R\$ 50.000,00	84% CDI a.m.	11,89%	R\$ 62.088,29		R\$ 12.088,29	R\$ 62.088,29
		R\$ 100.000,00	86% CDI a.m.	12,17%	R\$ 125.355,93		R\$ 25.355,93	R\$ 125.355,93
LCI	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00						
		R\$ 50.000,00	81% CDI a.m.	11,46%	R\$ 61.940,87		R\$ 11.940,87	R\$ 61.940,87
		R\$ 100.000,00	85% CDI a.m.	12,03%	R\$ 125.061,09		R\$ 25.061,09	R\$ 125.061,09
Poupança	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00	0,57% a.m.	6,84%	R\$ 11.461,54		R\$ 1.461,54	R\$ 11.461,54
		R\$ 50.000,00	0,57% a.m.	6,84%	R\$ 57.307,68		R\$ 7.307,68	R\$ 57.307,68
		R\$ 100.000,00	0,57% a.m.	6,84%	R\$ 114.615,35		R\$ 14.615,35	R\$ 114.615,35
Tesouro Direto	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00	12,28% a.a.	12,28%	R\$ 12.592,98	R\$ 453,77	R\$ 2.139,21	R\$ 12.139,21
		R\$ 50.000,00	12,27% a.a.	12,27%	R\$ 62.694,90	R\$ 2.268,86	R\$ 10.696,04	R\$ 60.696,04
		R\$ 100.000,00	12,25% a.a.	12,25%	R\$ 125.929,80	R\$ 4.537,72	R\$ 21.392,09	R\$ 121.392,09
Debênture incentivada	720 Dias (24 meses)	R\$ 10.000,00	100% CDI a.m.	14,15%	R\$ 12.948,36		R\$ 2.948,36	R\$ 12.948,36
		R\$ 50.000,00	100% CDI a.m.	14,15%	R\$ 64.741,82		R\$ 14.741,82	R\$ 64.741,82
		R\$ 100.000,00	100% CDI a.m.	14,15%	R\$ 129.483,64		R\$ 29.483,64	R\$ 129.483,64

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No que diz respeito à rentabilidade bruta, destacam-se as debêntures incentivadas e as LCAs, especialmente nas aplicações de R\$ 100.000,00. Esse desempenho superior deve-se, principalmente, à isenção do Imposto de Renda, o que contribui para um rendimento líquido mais elevado. Nesse cenário, a debênture alcançou um montante final de R\$ 129.483,64, enquanto a LCA apresentou R\$ 125.355,93. Por outro lado, considerando os investimentos sujeitos à tributação, o Tesouro Direto e os CDBs/RDCs pós-fixados também demonstraram resultados expressivos, mantendo boa rentabilidade líquida mesmo após o desconto do imposto.

Quanto à liquidez e carência, todos os ativos simulados foram avaliados em um horizonte de 24 meses. No entanto, apresentam diferenças relevantes. A LCI e a LCA, por exemplo, possuem carência mínima obrigatória, o que reduz a flexibilidade para resgates antecipados e pode representar uma limitação para investidores que priorizam liquidez.

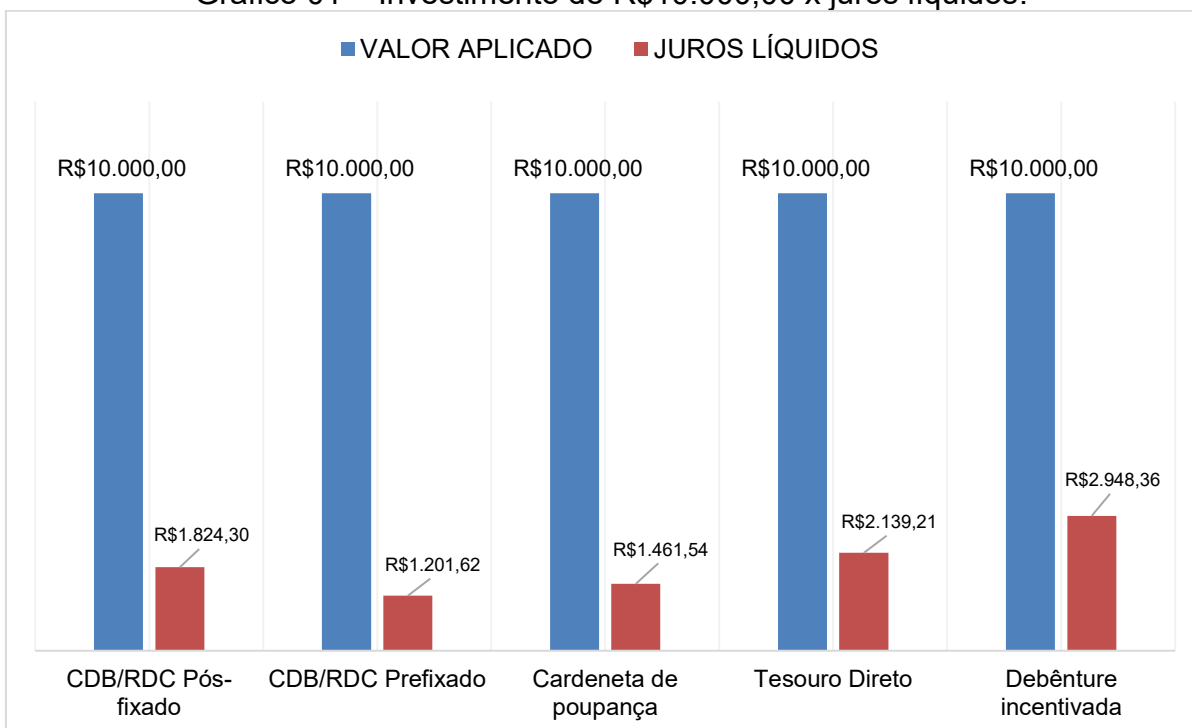
O Tesouro Direto permite o resgate antes do vencimento, mas está sujeito à marcação a mercado, o que pode resultar em perdas caso a venda ocorra em momentos de desvalorização dos títulos. Já os CDBs/RDCs pós-fixados podem ou não oferecer liquidez intermediária, dependendo das condições estabelecidas pela instituição emissora. A caderneta de poupança, por sua vez, apresenta liquidez imediata, o que é vantajoso em termos de acessibilidade, embora sua rentabilidade seja significativamente inferior às demais alternativas.

No que tange à tributação, os investimentos que mais se beneficiam são a LCI, a LCA, as debêntures incentivadas e a poupança, por serem isentos de Imposto de Renda e IOF. Já os CDBs/RDCs e o Tesouro Direto estão sujeitos à tabela regressiva de IR, cuja alíquota mínima é de 15% para aplicações com prazo superior a 720 dias, como é o caso da simulação realizada.

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS TIPOS DE INVESTIMENTOS

A partir da tabela apresentada anteriormente, foram elaborados gráficos simplificados dos rendimentos líquidos das aplicações, com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Gráfico 01 – Investimento de R\$10.000,00 x juros líquidos.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

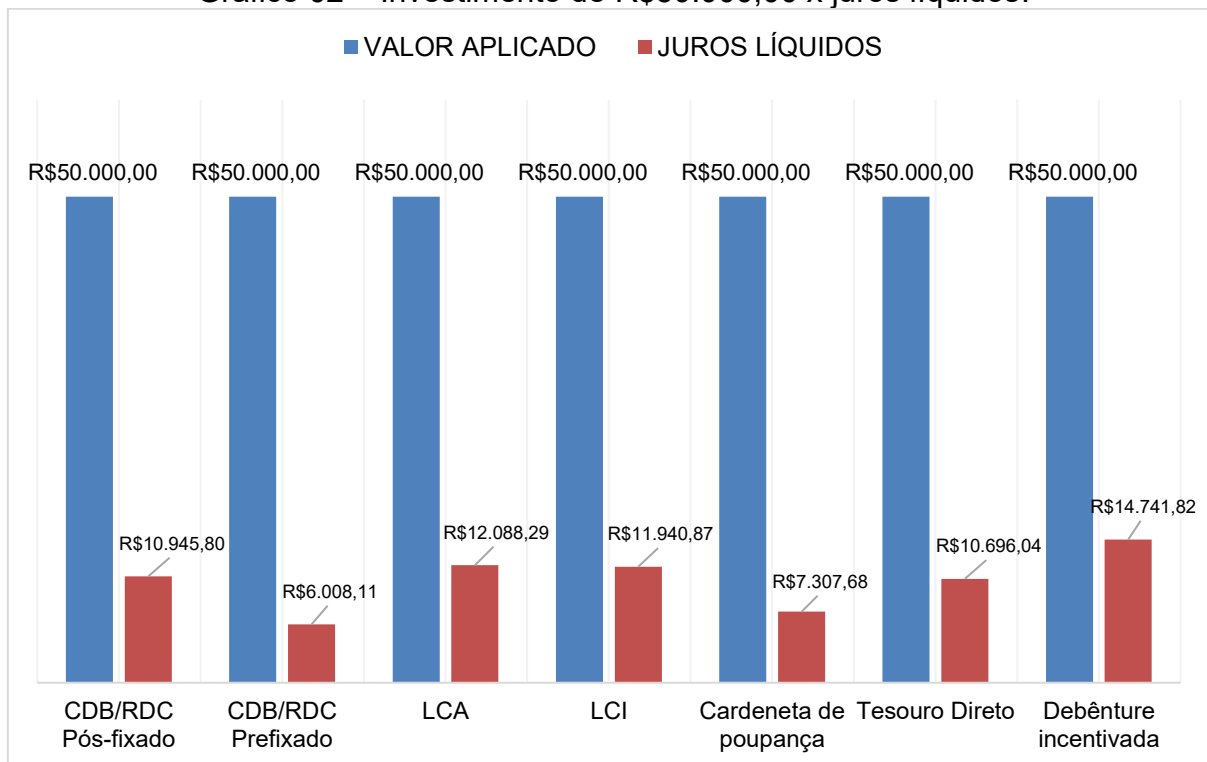
De acordo com o Gráfico 01, observa-se que, ao longo do período de 24 meses, o CDB/RDC prefixado apresentou uma rentabilidade líquida de apenas R\$ 1.201,62, configurando-se como uma das opções menos vantajosas em termos de retorno financeiro. A caderneta de poupança, por sua vez, alcançou um rendimento ligeiramente superior, totalizando R\$ 1.461,54 no mesmo intervalo. No entanto, é importante destacar que esse valor somente seria alcançado caso não houvesse resgates antecipados, uma vez que a perda da data de aniversário compromete integralmente o rendimento do mês.

O CDB/RDC pós-fixado atrelado ao CDI superou discretamente o desempenho da poupança, atingindo R\$ 1.824,30, evidenciando-se como uma alternativa mais atrativa dentre os investimentos de menor risco. Já o Tesouro Direto destacou-se com a segunda maior rentabilidade líquida entre os ativos analisados, mesmo após a dedução do imposto de renda, alcançando um montante final de R\$ 2.139,20 no período considerado.

Por sua vez, a debênture incentivada teve a melhor rentabilidade, ocasionada pela vantagem da isenção de imposto de renda e seu percentual de rendimento de 100% do CDI ao mês.

A LCI e a LCA não apresentam rendimento, pois ambas não se enquadram com este valor inicial de aplicação; para aplicar nelas é necessário investir inicialmente R\$ 20.000,00 e R\$ 50.000,00, respectivamente, na cooperativa de crédito em questão.

Gráfico 02 – Investimento de R\$50.000,00 x juros líquidos.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 02 apresenta o rendimento líquido dos investimentos com um valor inicial de R\$ 50.000,00 de forma simplificada, podendo-se concluir que ocorreram variações diferentes quando comparadas à simulação de R\$ 10.000,00, pois nesta simulação é possível analisar a rentabilidade da LCA e da LCI também.

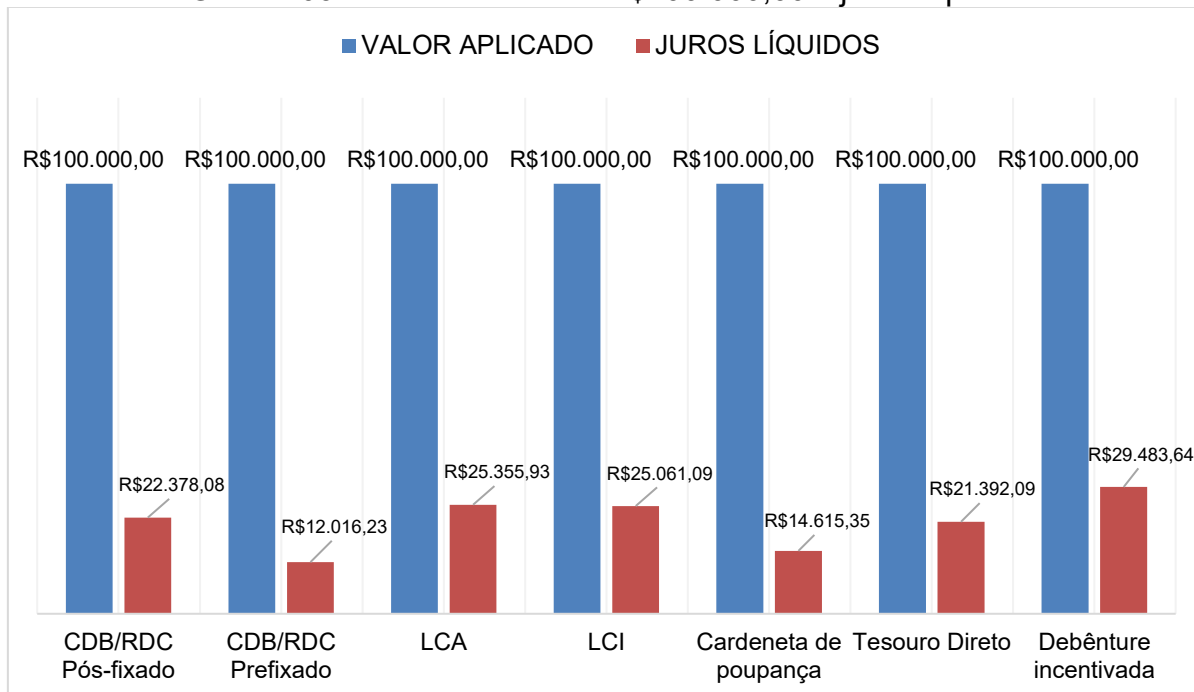
Sendo assim, conclui-se que os dois investimentos que tiveram o menor retorno na primeira simulação se mantiveram nesta, sendo o CDB/RDC prefixado o menos rentável, com um rendimento líquido de apenas R\$ 6.008,11, ocasionado pela desvalorização da sua rentabilidade e que, mesmo se possuísse isenção de imposto de renda, não alcançaria a poupança, que obteve um retorno de R\$ 7.307,68.

O Tesouro Direto, por sua vez, obteve um rendimento líquido de R\$ 10.696,04, enquanto o CDB/RDC pós obteve um rendimento líquido de R\$ 10.945,80. Observa-se então que, nesta simulação, o CDB/RDC pós-fixado ultrapassou o rendimento do Tesouro Direto, ocasionado pelo percentual de rendimento sobre o valor investido multiplicado pelo prazo, pois, na simulação de R\$ 10.000,00, o Tesouro Direto tinha um percentual maior; entretanto, na simulação de R\$ 50.000,00, o CDB/RDC pós passou a ter um percentual maior.

Dando continuidade à análise, observa-se que a LCI obteve um rendimento final de R\$ 11.940,87, enquanto a LCA apresentou um desempenho ligeiramente superior, com retorno de R\$ 12.088,29 no período analisado. Ambos os títulos se destacam por serem isentos de Imposto de Renda, o que contribui significativamente para a atratividade dessas aplicações. No entanto, cabe ressaltar que, caso o CDB/RDC pós-fixado não estivesse sujeito à tributação, seu rendimento bruto superaria o das Letras de Crédito, o que evidencia o impacto direto da carga tributária sobre o retorno líquido dos investimentos.

E, por fim, a debênture incentivada seguiu com o maior rendimento dentre as demais, alcançando um valor de R\$ 14.741,82, ocasionado pelo seu percentual de rendimento ao mês.

Gráfico 03 – Investimento de R\$100.000,00 x juros líquidos.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 03 demonstra o rendimento líquido dos investimentos no prazo de 24 meses, e observa-se que a ordem dos investimentos mais rentáveis se manteve igual à simulação anterior.

O CDB/RDC prefixado e a poupança ficaram defasados quando comparados com os demais, pois ambos obtiveram montantes de, respectivamente, R\$ 12.016,23 e R\$ 14.615,35, não passando de R\$ 15.000,00 de rendimento, já os demais ultrapassaram o valor de R\$ 20.000,00 em rendimento.

O Tesouro Direto alcançou R\$ 21.392,09 de juros líquidos, ficando atrás novamente do CDB/RDC pós, que chegou a R\$ 22.378,08 de juros líquidos, ocasionado principalmente pelo aumento da taxa Selic, que impulsiona o mercado financeiro a oferecer percentuais de rendimentos maiores, tanto para acompanhar a Selic do país quanto para ganhar competitividade no mercado financeiro.

A LCI e a LCA tiveram rendimentos muito próximos, R\$ 25.061,09 e R\$ 25.355,93, respectivamente, ocasionado pelo percentual de rendimento de ambas com apenas 1% CDI de diferença, sendo a LCI simulada a uma taxa de 85% CDI ao mês e a LCA a 86% CDI ao mês.

Com o maior rendimento, tanto nesta simulação quanto nas demais, temos a debênture incentivada, que alcançou a marca de R\$ 29.483,64, obtendo uma boa diferença quando comparada às demais. Ela possui a isenção de imposto de renda igual a alguns dos demais investimentos; entretanto, o que se destaca nela é o percentual de rendimento ao mês, sendo de 100% CDI e, se levarmos em consideração a taxa CDI atual de 14,15%, compreende-se que a debênture renderia, em média, 1,17% do valor aplicado ao mês.

4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

As simulações realizadas para aplicações em debêntures incentivadas com prazo de 24 meses demonstraram elevada rentabilidade líquida. Esse bom desempenho decorre da remuneração atrelada a 100% do CDI e isenção de imposto de renda resultando em ganhos superiores a outras opções de renda fixa, como LCI e LCA.

Considerando uma inflação acumulada de 10% no período, os ganhos reais foram expressivos, superando R\$ 19 mil para aplicações de R\$ 100 mil.

Em comparação, as LCAs também apresentaram resultados positivos, beneficiadas pela isenção de imposto e IOF. Apesar disso, seus rendimentos ficaram levemente abaixo dos obtidos com debêntures. Ainda assim, proporcionaram ganhos reais relevantes, ultrapassando R\$ 15 mil em aplicações de R\$ 100 mil.

Portanto, ambos os investimentos se mostraram viáveis, cada um com vantagens distintas: a debênture se destaca pela rentabilidade, enquanto a LCA oferece menor risco.

4.4 DISCUSSÃO À LUZ DA LITERATURA

Os resultados obtidos nas simulações de investimentos em renda fixa corroboram, em grande parte, os pressupostos teóricos discutidos ao longo do trabalho quanto ao comportamento e à rentabilidade dessas modalidades. De acordo com Berger (2020), a previsibilidade e a segurança constituem características fundamentais dos ativos de renda fixa, aspecto que se evidenciou nas análises realizadas, demonstrando a estabilidade dos retornos ao longo do período observado.

Conforme argumentam Niyama e Monteiro (2021), instrumentos como a LCI e a LCA, apesar de isentos do Imposto de Renda, tendem a apresentar rentabilidades nominais inferiores em relação a produtos financeiros sujeitos à tributação. Tal padrão foi confirmado nas simulações realizadas. No entanto, ao se considerar o impacto da tributação sobre os demais ativos, verifica-se que o benefício fiscal associado às Letras de Crédito equilibra o retorno líquido final, validando as observações de Sousa e Galvão Júnior (2020) quanto à importância da análise tributária no processo de escolha de investimentos.

Assaf Neto (2021) salienta que ativos com rentabilidade atrelada a indicadores econômicos, como o CDI e o IPCA, são classificados como pós-fixados e apresentam desempenho diretamente influenciado por variáveis macroeconômicas, notadamente a inflação e a taxa Selic. Nesse contexto, diante de um cenário de juros elevados, como o vigente no momento da simulação, tais ativos demonstraram atratividade superior, corroborando as análises de Gallagher (2020) e as diretrizes do Banco Central do Brasil ([202-]), que destacam a correlação entre política monetária e o rendimento dos instrumentos financeiros.

Em relação à caderneta de poupança, seu comportamento esteve em consonância com as observações de Azevedo e Azevedo (2018), apresentando baixa rentabilidade, porém com elevada liquidez. Embora represente uma alternativa conservadora e de fácil acesso, sua capacidade de preservação do poder de compra se mostra limitada em contextos de inflação elevada, como alertam Vieira *et al.* (2022).

As debêntures incentivadas, por sua vez, apresentaram o maior rendimento entre as opções simuladas, refletindo, conforme discutido por Carrete (2019), o maior risco de crédito associado a esse tipo de ativo. Apesar de sua atratividade em termos

de retorno, tais instrumentos exigem maior cautela na seleção, considerando-se o perfil do investidor e o cenário econômico vigente, conforme enfatizado por Sarti, Oliveira e Bessa (2020).

Dessa forma, os dados empíricos obtidos confirmam a literatura especializada ao demonstrar que a seleção adequada de investimentos em renda fixa depende de uma combinação de fatores, entre os quais se destacam a tributação, o prazo de aplicação, a liquidez e o ambiente macroeconômico. Investidores que compreendem esses elementos tendem a tomar decisões mais alinhadas a seus objetivos financeiros e ao seu perfil de risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral identificar quais tipos de investimentos em renda fixa oferecem maior rentabilidade líquida para investidores pessoas físicas. A partir de uma abordagem teórica e de simulações práticas com diferentes montantes e prazos, concluiu-se que as debêntures incentivadas apresentaram os melhores desempenhos, seguida pela LCA, especialmente em aplicações de maior valor e prazo superior a 24 meses. Esses resultados confirmam que, mesmo dentro da renda fixa, há significativa variação de rentabilidade em função da tributação, do tempo de aplicação e do perfil do investidor.

No tocante aos objetivos específicos, o estudo atendeu integralmente às três metas propostas. Primeiramente, foram descritas as principais modalidades de investimentos em renda fixa, tais como poupança, CDB/RDC, LCI, LCA, Tesouro Direto e debêntures incentivadas, com destaque para suas características operacionais, níveis de risco e graus de liquidez. Em seguida, foi realizada uma análise comparativa que evidenciou as vantagens e limitações de cada produto, considerando aspectos como rentabilidade nominal e líquida, incidência de impostos, prazos de carência e acessibilidade. Por fim, as simulações permitiram comparar o desempenho dos diferentes investimentos ao longo de um mesmo período, evidenciando variações relevantes nos retornos líquidos conforme o valor aplicado e o prazo de investimento.

Os achados reforçam a importância do alinhamento entre o perfil do investidor e a escolha do ativo financeiro. Produtos como poupança e Tesouro Direto mostraram-se mais indicados para perfis conservadores e investidores com menor capital disponível, enquanto debêntures incentivadas e LCAs se revelaram mais atrativas para investidores com maior tolerância ao risco e capacidade de realizar aportes mínimos mais elevados.

Como limitação do estudo, destaca-se o fato de as simulações basearem-se em taxas e condições vigentes no momento da coleta dos dados, não refletindo eventuais variações futuras de mercado, como alterações na taxa Selic ou mudanças regulatórias. Ademais, o recorte da análise se restringiu aos investimentos de renda fixa, não contemplando opções híbridas ou de renda variável que poderiam ser relevantes para investidores de perfil moderado ou arrojado.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo para considerar diferentes cenários econômicos e a inclusão de perfis de investidores com maior apetite ao risco. Também se recomenda o desenvolvimento de estudos empíricos baseados em dados reais de investidores, a fim de verificar na prática os impactos das decisões de investimento ao longo do tempo, sobretudo considerando a inflação acumulada e o efeito de reinvestimentos periódicos.

Em síntese, o estudo contribui para a educação financeira ao demonstrar que, mesmo em um ambiente de baixo risco, é possível obter retornos satisfatórios a partir de decisões informadas. Com acesso a informações claras e atualizadas, mesmo investidores com pouca experiência podem alcançar melhores resultados e construir uma trajetória financeira mais sólida.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. LCI e LCA. [S. l.], [202-], Disponível em:

<https://comoinvestir.anbima.com.br/entenda/item/lci-e-lca/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

ANBIMA. Principais custos sobre os investimentos. [S. l.], [202-], Disponível em:

<https://comoinvestir.anbima.com.br/escolha/compreensao-do-mercado/principais-custos-sobre-os-investimentos/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020. *E-book*.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro.** 15. ed. São Paulo: Atlas. 2021. *E-book*.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro.** 16. ed. Barueri. 2025. *E-book*.

AZEVEDO, Alberto de Carvalho Peixoto de; AZEVEDO, Marcia Carvalho de.

Poupança à longo prazo. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 72–77, jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/173>. Acesso em: 23 maio. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic.** [Brasília], [202-], Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 08 maio. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Remuneração dos Depósitos de Poupança.**

[Brasília], [202-]. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/remuneradepositospoupanca>. Acesso em: 08 maio. 2025.

BALTHAZAR, Mario Sergio Pugliese; MORGADO, Paulo Henrique Hemoto;

CABELLO, Otávio Gomes. Alternativas de investimentos em renda fixa no Brasil: comparação entre um banco de investimento e um banco de varejo. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v.6, n.2, p.36-57, mai./ago.

2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/35617/19535>. Acesso em: 23 maio. 2025.

BERGER, Paulo Lamosa. **Mercado de renda fixa no Brasil: ênfase em títulos públicos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.** Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.931.htm. Acesso em: 24 maio. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.** Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11033.htm. Acesso em: 24 maio. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.** Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nºs 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12431.htm. Acesso em: 20 mai. 2025.

CAMPOS, Paulo Tadeu Gandra; RODRIGUÊS, Chang Kuo; VENDITTI, Lucca Moreira. Uma análise das matemáticas utilizadas nos investimentos em títulos públicos. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, Cascavel (PR), v.3, n.2, p.650-668, ago. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/22621/pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Portal do investidor. **Títulos Bancários**. Brasília: Portal do Investidor, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/tipos-de-investimentos/titulos-bancarios>. Acesso em: 24 maio. 2025.

DESSEN, Marcia. **Finanças pessoais o que fazer com o meu dinheiro**. São Paulo: Trevisan, 2014. *E-book*.

GALLAGHER, Lilian Massena. **Planeje seu futuro financeiro para pessoas que buscam independência financeira e que querem tranquilidade financeira não apenas hoje**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. *E-book*.

GELINGER, Carla Tiane; KAISER, Cláudio. O perfil de investimento dos alunos de administração e gestão comercial da faccat. **Revista de administração de empresas – RAEE**, Taquara (RS), n.16, mar. 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/2451>. Acesso em: 30 maio. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2019. *E-book*.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2022. *E-book*.

IBGE. **Inflação**. [Brasília], 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 25. maio. 2025.

IBGE. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. [Brasília], 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 25 maio. 2025.

JARDIM, Ana Paula Leite; SOARES, Larissa Ribas de Lima. Alternativas de investimentos em renda fixa e renda variável. **Revista Científica Eletrônica De Ciências Aplicadas Da Fait**, [S. I.], n. 2. nov. 2020. Disponível em: <https://revista.fait.edu.br/cloud/artigos/2024/04/20240426195943-0176.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2025.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. *E-book*.

MOTA, Carla Teixeira da; NESPOLO, Daniele; FACHINELLI; Ana Cristina. Fundos de investimento: aplicações em renda fixa. **Revista Inteligência Competitiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 22-34, jul./set. 2019. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=FUNDOS+DE+INVESTIMENTO%3A+APLICA%C3%87%C3%95ES+EM+RENDA+FIXA&btnG=. Acesso em: 23 maio. 2025.

NIYAMA, Beatriz Mendes; MONTEIRO, Rafaela Lara. Em busca de equidade: a tributação sobre renda de títulos públicos e o princípio da progressividade. **Revista tributária e de finanças públicas**. [S. I.], v. 148, nov. 2021. Disponível em: <https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rtfp/article/view/429>. Acesso em: 23 maio. 2025.

OLIVEIRA, Maria Abadia de; AMORIM, Dênia Aparecida de; GONÇALVES, Eloiza Aparecida Silvério; REIS, Milena Maria Ferreira dos; BORGES, Giovanna Duarte. Renda fixa e variável para investidor iniciante: uma discussão teórica. **Revista gestão, tecnologia e ciências - GETEC**. [S. l.]. v. 14, p. 113-134, fev. 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3308>. Acesso em: 23 maio. 2025.

SANTOS, José Carlos de Souza. **O mercado de renda fixa no Brasil conceitos, precificação e riscos**. São Paulo: Saint Paul, 2019. *E-book*.

SANTOS, Luiz Carlos dos; WILHELM, Pedro Paulo Hugo. Investidor tradicional de renda fixa - perfil de risco e o nível de preparo. **Revista de negócios**, Blumenau, v.7, n. 3, p 39-48, jul./set. 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscarador.html?task=detalhes&source=&id=W1737929489>. Acesso em: 23 maio. 2025.

SARTI, Adriano Bonela; OLIVEIRA, Igor Meireles de; BESSA, Lucas Marin. Relação entre os perfis de investidores, produtos financeiros e riscos no mercado financeiro brasileiro. **Revista Ifes Ciência**. [Espírito Santo]. v. 6 n. 4, [S. l.]. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/656/607>. Acesso em: 08 maio. 2025

SCHVARTZMAN, Luiz Fernando. **O jogo da vida como vencer nas finanças pessoais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. *E-book*.

SOUSA, Caio Láutini Oliveira de; GALVÃO JÚNIOR, Paulo Francisco Monteiro. O impacto da educação financeira nos orçamentos pessoais e para os investidores no Brasil. **Revista Campo Saber**. [S. l.]. v. 6 n. 2, mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/campodosaber/article/view/349>. Acesso em: 23 maio. 2025.

TESOURO DIRETO. **Conheça o Tesouro Direto**. Brasília – DF, [202-]. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/conheca/conheca-o-tesouro-direto.htm>. Acesso em: 25 maio. 2025.

TESOURO DIRETO. **Novidade! Liquidez diária no Tesouro Direto: dinheiro na conta no mesmo dia**. Brasília – DF, 2021. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/noticias/novidade-liquidez-diaria-no-tesouro-direto-dinheiro-na-conta-no-mesmo-dia.htm>. Acesso em: 06 jun. 2025.

TRINDADE, João Antônio Souza; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Análise de desempenho de fundos de investimento de renda fixa e renda variável. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**. Monte Carmelo – MG, v.3 n. 5. 2015. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/546>. Acesso em: 25 maio. 2025.

VERHINE, Alan; LODI, Marluce Dantas de Freitas. Processos de socialização na formação de portfólios financeiros de investidores de varejo. **Caderno de Administração**, Maringá, v.31, n. 2, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/66223/751375157059>. Acesso em: 20 maio. 2025.

VIEIRA, Flávia Monaco; LOLATTO, Daiane Coautor; SOUZA, Thauane Lima de; MELLO, Marcelo Cristinão de; NAGAI, Ronaldo Akiyoshi; FERREIRA, Jorge Henrique Lopes; FARIA, Nathália Caroline. **Mercado de renda fixa e derivativos**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. *E-book*.

VILELLA, Paulo Alvarez; LEAL, Ricardo Pereira Câmara. O desempenho de fundos de renda fixa e o índice de renda de mercado (IRF-M). **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 7 n. 1, Art. 2, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/nqxyRQGWYVVMvwnKBNb65H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 maio. 2025.